

Notas Explicativas

1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre (DCON IFRS – Campus Porto Alegre) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As DCON são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das DCON IFRS estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS campus Porto Alegre são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e
- VI. Notas Explicativas.

2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(f) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(g) Passivos circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante apresentam a seguinte divisão: (i) fornecedores e contas a pagar; e (ii) demais obrigações.

(h) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 4º trimestre de 2019, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 31/12/2019, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro”, 64,94% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2018:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	9.283,20	9.283,20	0,00	35,06
Recursos Liberados pelo Tesouro	17.192,96	12.872,06	33,57	64,94
Total	26.476,16	22.155,26	33,57	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

(a) Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade de caução.

(b) Recursos Liberados pelo Tesouro

Os recursos liberados pelo Tesouro representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. O grupo teve aumento de 33,57% comparado ao mês de dezembro/2018.

5 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição.

Tabela 3 – Estoques – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Almoxarifado	64.625,43	73.781,64	-12,40	100,00
Total	64.625,43	73.781,64	-12,40	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

6 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de em sua totalidade de despesas pagas antecipadamente à título de prêmio de seguros.

Tabela 4 – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Prêmios de Seguro a Apropriar	29,96	95,72	-68,70	100,00
Total	29,96	95,72	-68,70	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

7 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação.

Em 31/12/2019, o IFRS Campus Porto Alegre apresentou um saldo de R\$ 44.857.577,59 (quarenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 5 – Imobilizado – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Bens Móveis	6.675.432,75	6.554.168,50	1,85	14,88
(+) Valor Bruto Contábil	7.872.379,19	7.751.114,94	1,56	17,55
(-) Depreciação Acumulada	-1.196.946,44	-1.196.946,44	0,00	-2,67
Bens Imóveis	38.182.144,84	33.776.915,80	13,04	85,12
(+) Valor Bruto Contábil	38.484,367,03	33.822.153,69	13,78	85,79
(-) Depreciação Acumulada	-302.222,19	-45.237,89	568,07	-0,67
Total	44.857.577,59	40.331.084,30	14,89	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS Campus Porto Alegre em 31/12/2019 totalizavam R\$ 7.872.379,19 (sete milhões oitocentos e setenta e dois mil trezentos e setenta e nove reais e dezenove centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição.	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.348.640,10	1.226.132,33	9,99	20,20
Bens de Informática	2.024.652,18	1.984.303,87	2,03	30,33
Móveis e utensílios	1.627.783,12	1.571.582,30	3,58	24,38
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	308.566,88	251.210,73	22,83	4,62
Veículos	397.707,74	397.707,74	0,00	5,96
Demais bens móveis	2.165.029,17	2.320.177,97	-6,69	32,43
(-) Depreciação/ Amortização Acumulada	-1.196.946,44	-1.196.946,44	0,00	-17,93
Total	6.675.432,75	6.554.168,50	31,75	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Alguns bens registrados na conta Demais bens móveis foram reclassificados e baixados após o levantamento realizado pela Coordenação de Orçamento e Finanças, o que justifica a variação negativa de -6,69 %.

Os valores de depreciação não se alteraram pois não há o lançamento mensal da mesma, devido o Sistema Patrimonial apresentar diferenças de valores em comparação ao SIAFI, o que representa uma fonte não fidedigna para o registro.

Até o momento não houve reavaliação do grupo bens móveis.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS Campus Porto Alegre, em 31/12/2019, totalizavam R\$ 5.233.577,84 (cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, quinhentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), que correspondem 52,33% do total do ativo.

Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Bens de Uso Especial Reistrados SPIUNET	38.484.367,03	33.822.153,69	13,78	85,79
(-) Depreciação Acumulada	-302.222,19	-45.237,89	568,67	-0,67
Total	38.182.144,84	33.776.915,80		100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Os bens imóveis do IFRS Campus Porto Alegre estão cadastrados no SPIUnet, que é o Sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros, utilizado pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis.

A depreciação dos bens imóveis é apurada mensalmente e registrada pela Coordenadoria Geral de Contabilidade, com base nos imóveis cadastrados no SPIUnet.

A variação positiva de 13,78% da conta de Bens imóveis em relação ao ano anterior, refere-se a baixa de uma obra e atualização do valor de bens imóveis de uso especial no Spiunet ocorrido em março de 2019 no valor de R\$ 4.622.213,34.

8 – Intangível

O Ativo Intangível do IFRS Campus Porto Alegre em 31/12/2019, totalizou R\$ 7.718, 00 (sete mil setecentos e dezoito reais), estando distribuído em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 8 – Intangíveis – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Software com vida útil denifida	79.422,99	79.422,99	0,00	1.029,06
(-) Amortização Acumulada	-79.422,99	-79.422,99	0,00	-1.029,06
Software com vida útil indefinida	7.718,00	0,00	-100,00	100,00
Total	7.718,00	0,00	-100,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O IFRS Campus Porto Alegre optou por apurar a amortização por meio de planilha de excel, devido o Sistema de Controle Patrimonial não fornecer a informação da amortização dos softwares. O método de cálculo utilizado é o de cota constantes, com base no valor de aquisição e na apuração da vida útil definida de 5 anos.

Os valores brutos dos softwares já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível.

9 – Obrigações a Curto Prazo

Em 31/03/2019, o IFRS Campus Farroupilha, apresentou um saldo em aberto de R\$ 164.837,08 (Cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e oito centavos), de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.

Tabela 9 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	46.138,96	141.578,44	-67,41	73,10
Demais Obrigações	16.974,96	61.358,86	-72,33	26,90
Total	63.113,92	202.937,30		100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A maior parte do passivo do IFRS Campus Porto Alegre com obrigações a curto prazo se refere a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que representam 73,10% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listadas os fornecedores mais representativos em 31/12/2019. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere à prestação de serviço de vigilância, prestado pela empresa PortalSul Empresa de Vigilância LTda., correspondendo 91,67% do total a ser pago.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$	
	31/12/2019	AV%
PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.	42.296,04	91,67
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA.	2.622,88	5,69
LLED SOLUÇÕES INSTALAÇÕES E REFORMAS LTDA.	1.220,04	2,64
Total	46.138,96	100,00

Fonte: SIAFI, 2019

(b) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Porto Alegre registrou redução de R\$ 44.383,90 (quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa centavos) nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a menos 72,33%.

Tabela 11 – Demais Obrigações – Composição.

	R\$	
	31/12/2019	AV%
Retenções Previdenciárias - FRGPS	387,01	2,28
Imposto e contrib diversos devido	5.674,64	33,43
ISS	1.630,11	9,60
Depósitos e Cauções Recebidos	9.283,20	54,69
Total	16.974,96	100,00

Fonte: SIAFI, 2019

Do total dessa obrigação, 54,69% pelas garantias contratuais realizadas por depósito em garantia-caução.

10 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2019 foi superavitário em R\$ 4.647.248,73 (quatro milhões seiscentos e quarenta e sete mil e duzentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos) e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas.

	R\$		
	31/12/2019	31/12/2018	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.263.465,46	4.606.947,72	101,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.616.216,73	4.471.316,56	3,24
Total	4.647.248,73	135.631,16	104,32

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Observa-se que, no ano de 2019 o resultado patrimonial do período foi positivo em R\$ 4.647.248,73. Dentre as principais variações, destaca-se:

- I. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, no valor de R\$ 4.662.213,34;

A valorização e ganhos com ativos no valor de R\$ 4.662.213,34 compreende a baixa de uma obra e atualização do valor de bens imóveis de uso especial no Spiunet ocorrido em março de 2019 na conta de Imóveis de Uso Educacional.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Tabela 13 – Demonstração das Variações Patrimoniais.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas	9.263.465,46	4.606.947,72	101,08	100
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	15.811,51	27.711,00	-42,94	0,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.968,56	259,52	658,54	0,02
Transferências e Delegações Recebidas	4.551.521,95	4.573.378,84	-0,48	49,13
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desinc. de Passivos	4.662.213,36	0,00	-100,00	50,33
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.950,08	5.598,36	470,70	0,34

Variações Patrimoniais Diminutivas	4.616.216,73	4.471.316,56	3,24	100,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.160.451,97	3.103.176,17	1,85	68,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6,74	18.379,97	-99,96	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	20.469,54	78.261,33	-73,84	0,44
Desvalorização e Perda Ativos e Incorp. De Passivos	1,00	713,67	-99,86	0,00
Tributárias	29.323,68	9.322,11	214,56	0,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.405.963,80	1.261.463,31	11,45	30,46
Resultado Patrimonial	4.647.248,73	135.631,16	3.326,39	

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

A conta de resultado com a variação mais significativa em comparação com o mesmo período de 2018, foi a de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, que representou um acréscimo de 658,54%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 14 –Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Juros e Encargos de Mora	1.968,56	259,52	658,54	
Total	1.968,56	259,52	658,54	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O valor com maior representatividade é proveniente dos valores arrecadados referentes a multas por aplicadas por atrasos nas devoluções de livros para a Biblioteca.

11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente as despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

No ano de 2019 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 5.898.378,40 (cinco milhões oitocentos e noventa e oito mil e trezentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) e a despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 5.571.757,72 (cinco milhões quinhentos e setenta e um mil setecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), o que representa 94,46% das descentralizações recebidas.

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ R\$ 5.571.757,72 (cinco milhões quinhentos e setenta e um mil setecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), enquanto que no mesmo período de 2018, tal fase da execução da despesa pública montou a quantia de R\$ 4.755.431,27 (quatro milhões setecentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e vinte e centavos).

Comparado ao ano de 2018 houve um acréscimo de 978,31% referente as despesas de capital empenhadas em 2019, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 15 –Despesas Empenhadas – Composição.

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Despesas Correntes	4.487.919,11	4.654.918,89	-3,59	80,55
Despesas de Capital	1.083.838,61	100.512,38	978,31	19,45
Total	5.571.757,72	4.755.431,27		100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destaca-se as os Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 203.340,74 (duzentos e três mil, trezentos e quarenta reais e setenta centavos), que refere-se a 71,39% das despesa empenhadas, conforme observado na tabela a seguir:

Tabela 16 Outras despesas Correntes – Composição.

	R\$			
	31/03/2019	31/03/2018	AH%	AV%
Diárias - Pessoal Civil	4.000,00	20.000,00	-80,00	1,40
Auxilio Financeiro a Estudantes	28.616,00	113.452,00	-74,78	10,05
Material de Consumo	5.156,10	5.550,08	-7,10	1,81
Material, Bem ou Serviço p/Distrib. Gratuita	10.000,00	17.972,10	-44,36	3,51
Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00	2.376,00	-57,91	0,35
Outros Serviços de Terceiros - PF	400,00	0,00	-	0,14
Outas Serviços de Terceiros - PJ	203.340,74	782.667,36	-74,02	71,39
Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação	20.398,48	2.310,00	783,05	7,16
Obrigações Tributárias e Contributivas	3.799,20	3.000,00	26,64	1,33
Despesas de Exercícios Anteriores	293,62	0,00	-	0,10
Indenizações e Restituições	800,00	1.000,00	-20,00	0,28
Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Juridica Intra	6.990,05	13.200,00	-47,05	2,45
Obrig. Trib. E Contrib. OP. Intra - Orçamentárias	49,75	0,00	-	0,02
Total	284.843,94	961.527,54	-70,38	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Observa-se que houve uma redução dos empenhos na ordem de 70,38% em comparação com o mesmo período em 2018. Isto se dá em virtudes da diminuição dos recurso orçamentário descentralizados até o primeiro trimestre para o IFRS Campus Farroupilha. Até o momento estão sendo empenhadas apenas as

despesas necessárias para atender as necessidades do campus mês a mês, conforme o campus recebe os repasses orçamentários.

Restos a Pagar

Foram em restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2018 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2018.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS campus Farroupilha inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2018, perfazendo um total de R\$ 562.452,53 (quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos). Observa-se que 39,50% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 76,74% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 18 – Execução Restos a Pagar não Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2018	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	14.580,25	473.611,80	157.467,20	131.555,89	-	356.636,16
Despesas de Capital	3.724,99	70.535,49	64.690,89	38.935,50	-	35.324,98
Total	18.305,24	544.147,29	222.158,09	170.491,39	-	391.961,14

Fonte: SIAFI 2019

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente aos despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2018, num montante de R\$ 41.880,33 (quarenta e um mil, oitocentos e oitenta reais e trinta e três centavos.), destes valores 81,10% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 18 – Execução Restos a Pagar Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	26.631,68	18.715,77	-	7.915,91
Despesas de Capital	15.248,65	15.248,65	-	0,00
Total	41.880,33	33.964,42	-	7.915,91

Fonte: SIAFI 2019

Ademir Gautério Troina Júnior
Contador CRC/RS 076804/O-5
IFRS Campus Porto Alegre
Portaria 22/2014